

O eleitor an

que tende a não votar no PT nas eleições presidenciais, a mesma que ajudou a eleger Jair Bolsonaro em 2018. Na outra ponta, os católicos se destacam pelo consistente apoio aos candidatos petistas. Entre os dois grupos, estão situados os evangélicos tradicionais (das igrejas Luterana, Presbiteriana, Metodista, Batista), menos consistentes em suas posições, embora aparentemente menos inclinados ao antipetismo.

É possível dimensionar o nível de rejeição eleitoral ao PT em cada um desses grupos religiosos combinando dados de filiação religiosa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com os dados eleitorais do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Podemos estimar qual a relação entre a proporção de indivíduos filiados a cada uma das religiões mencionadas acima e a votação recebida pelos candidatos do PT, mantidos outros fatores de nível municipal (como taxa de analfabetismo, pobreza e desigualdade) constantes.

Em 2018, por exemplo, o incremento de um ponto percentual no número de evangélicos pentecostais significou, em média, uma redução de cerca de meio ponto percentual nos votos do PT em cada município brasileiro. Resultados similares foram observados em todas as eleições entre 2006 e 2014, o que sugere um padrão consistente de rejeição ao PT nos municípios brasileiros, em especial no interior. Na outra direção, o crescimento do eleitorado católico esteve associado



desse grupo. Se a variável “corrupção” explica o antipetismo dos pentecostais nas eleições presidenciais, não deveríamos observar rejeição ao PT em 2002, as eleições que antecederam a chegada do PT à presidência da República. No entanto, os resultados das eleições de 2002 indicam que a rejeição do eleitorado pentecostal aos candidatos do PT antecedeu, sim, os escândalos associados aos governos petistas entre 2003 e 2016.

Obviamente, o antipetismo é um fenômeno social mais complexo, que aglutina diferentes grupos sociais. Mas podemos nos perguntar por que indivíduos de baixa renda optam por propostas eleitorais menos inclusivas em um país de elevada desigualdade de renda. A análise do voto do eleitorado pentecostal nos ajuda a responder, ainda que parcialmente, a essa pergunta. A presunção de que pobres deveriam votar por redistribuição ignora os possíveis efeitos da religião sobre as preferências individuais. No caso brasileiro, o pentecostalismo reduz a pressão eleitoral por redistribuição ao fomentar a rejeição aos partidos e candidatos de esquerda entre os eleitores de baixa renda.